

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em agosto de 2024

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ agosto de 2024 apresentou um déficit primário de R\$ 22,8 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 148,4 bilhões nesse mês, um crescimento de 5,8% em termos reais, comparativamente ao apurado em agosto de 2023, ao passo que a despesa totalizou R\$ 171,2 bilhões, um acréscimo de 1,9% na mesma base de comparação. No acumulado no ano, o resultado primário apresenta um déficit de R\$ 100,1 bilhões, a preços constantes de agosto, ante o déficit de R\$ 109,3 bilhões no mesmo período de 2023.

Em agosto, a receita total registrou um crescimento real de 9,5%, em comparação com o montante arrecadado no mesmo mês de 2023. Isso se deu em função do bom desempenho da arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), com expansão de 10,8%. As receitas não administradas pela RFB tiveram um aumento real de arrecadação de 6,3%, ao passo que as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentaram um acréscimo de 8,1%. Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, teve alta de R\$ 8,2 bilhões (5,8%) a preços constantes. No acumulado do ano, a receita líquida de transferências registrou uma variação real positiva de 8,4%, somando um crescimento de R\$ 107,8 bilhões a preços constantes, fortemente impactada pelo bom desempenho da arrecadação das receitas administradas pela RFB – que marcaram no período um acréscimo de 11,6%, aumento real de R\$ 116,7 bilhões. O gráfico 1 demonstra o bom desempenho da arrecadação ao longo de 2024, com a receita total apresentando um crescimento real médio, em relação ao mesmo período de 2023, de 9,2%.

Quanto à despesa total, houve um crescimento em agosto, em termos reais, de R\$ 3,2 bilhões (1,9%) em relação ao mesmo mês de 2023, decorrente principalmente do aumento de despesas do item outras despesas obrigatórias – crescimento de R\$ 9,6 bilhões (45,2%) – e do menor volume de pagamento de despesas do Poder Executivo sujeitas à programação financeira – redução de R\$ 8,4 bilhões (-17,4%). No acumulado do ano até agosto, a despesa teve um crescimento real de R\$ 98,6 bilhões (7,0%), em comparação ao mesmo período do ano passado, muito influenciada pelo pagamento de outras despesas obrigatórias – Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/Loas), Renda Mensal Vitalícia (RMV), sen-

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 11 de setembro de 2024.

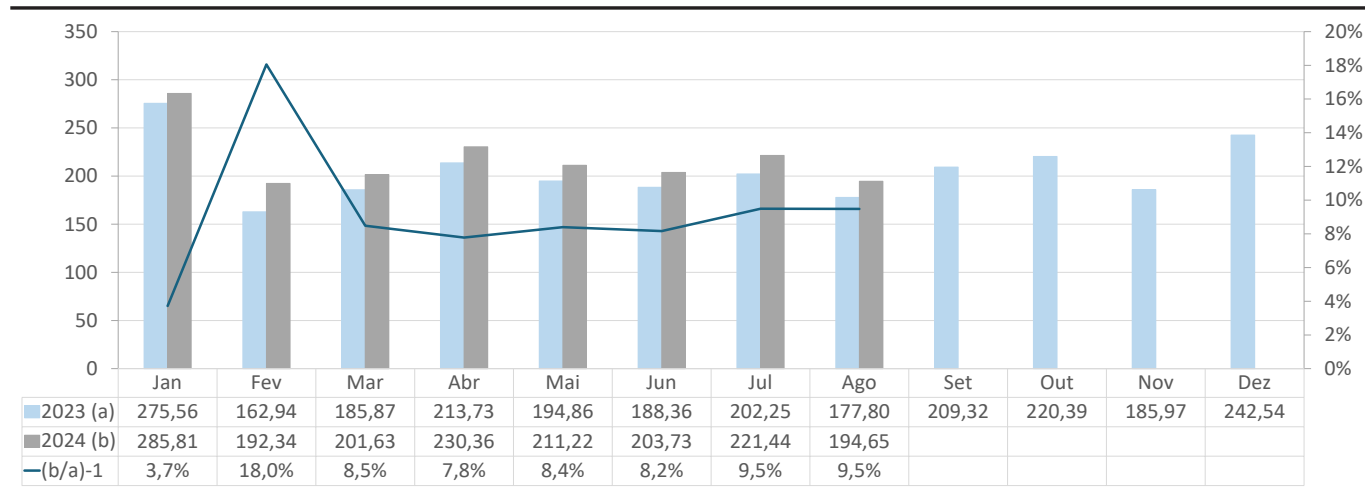
1. Conforme destacado em publicação anterior, disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/06/230612_cc_63_nota_20.pdf.

tenças judiciais e precatórios, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e créditos extraordinários – e pelo pagamento de despesas discricionárias do Poder Executivo, as quais totalizaram um crescimento real de R\$ 57,9 bilhões (27,5%).

GRÁFICO 1

Receita total: evolução da arrecadação (2023-ago./2024)¹

(Em R\$ bilhões e em %)



Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea).

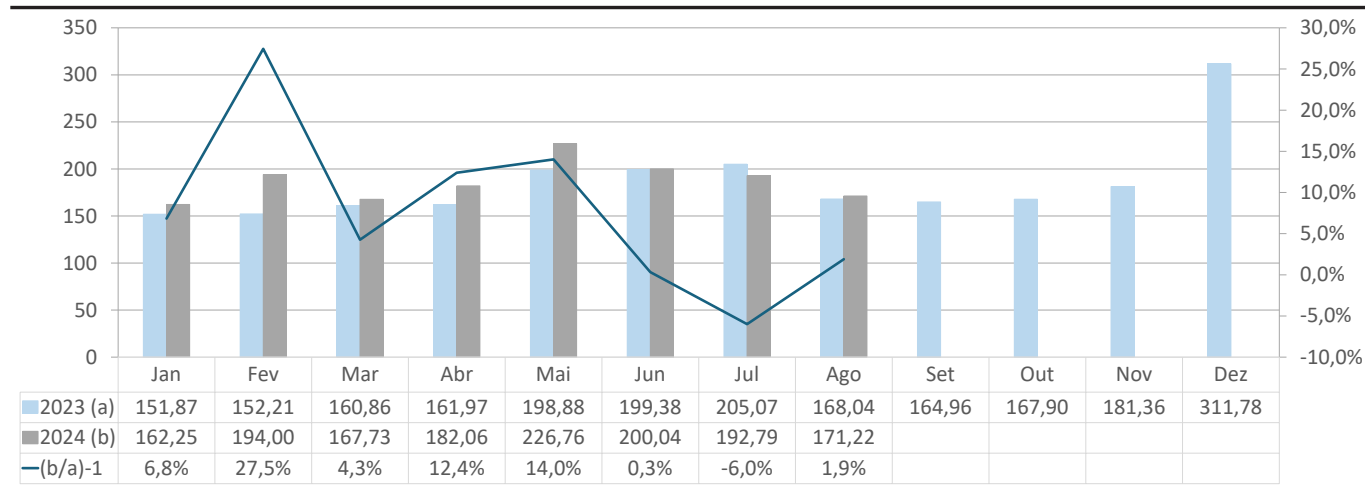
Nota: ¹ A preços constantes de agosto de 2024.

Pode-se observar ainda, pela análise do gráfico 2, que a despesa, após forte crescimento real nos primeiros meses de 2024, em comparação com 2023, impulsionada pela antecipação do pagamento de precatórios em fevereiro, pela antecipação do calendário de pagamento do 13º salário de benefícios previdenciários e pelo pagamento de despesas com créditos extraordinários para o enfrentamento da calamidade pública no Rio Grande do Sul, vem apresentando uma tendência de crescimento menor desde junho de 2024. Vale destacar que a queda da despesa observada em julho de 2024, em relação ao mesmo mês de 2023, se deve, também, ao calendário de pagamentos do 13º salário de benefícios previdenciários.

GRÁFICO 2

Despesa total : evolução da despesa (2023-ago./2024)¹

(Em R\$ bilhões e em %)



Fonte: STN e Siafi.

Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ A preços constantes de agosto de 2024.

TABELA 1

Governo central: resultado primário a preços constantes de agosto de 2024

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-agosto		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	ago./2023	ago./2024		2023	2024		Até ago./2023	Até ago./2024	
1-Receita Total	177,8	194,6	9,5	1.601,4	1.741,2	8,7	2.433,1	2.599,4	6,8
1.1 - Receita Administrada pela RFB	107,0	118,5	10,8	1.003,6	1.120,3	11,6	1.500,4	1.623,0	8,2
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-0,1	-	-	-0,1	-0,0	72,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	49,5	53,5	8,1	389,2	408,0	4,8	607,5	638,1	5,0
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	21,3	22,7	6,3	208,6	212,9	2,0	325,2	338,3	4,0
2. Transf. Por Repartição de Receita	37,6	46,3	23,0	312,4	344,4	10,3	477,2	504,8	5,8
3. Receita Líquida (1-2)	140,2	148,4	5,8	1.289,0	1.396,8	8,4	1.955,9	2.094,6	7,1
4. Despesa Total	168,0	171,2	1,9	1.398,3	1.496,8	7,0	2.037,4	2.322,9	14,0
4.1 Benefícios Previdenciários	70,0	72,6	3,7	628,2	649,7	3,4	897,2	961,0	7,1
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	28,5	27,9	-2,1	237,3	239,8	1,0	364,6	382,4	4,9
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	21,3	30,9	45,2	211,3	254,6	20,5	322,6	416,0	28,9
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	48,2	39,8	-17,4	321,5	352,8	9,7	453,0	563,5	24,4
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	-27,9	-22,8	18,0	-109,3	-100,1	8,4	-81,5	-228,2	-179,9

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em agosto de 2024 foi registrado um aumento real de R\$ 11,5 bilhões (10,8%) em relação ao mesmo mês de 2023. O bom desempenho das receitas administradas ocorreu na maior parte dos itens, com destaque para o forte crescimento do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto de Renda, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), totalizando um acréscimo real de R\$ 15,3 bilhões (17,8%), em comparação ao mesmo mês do ano passado.

No acumulado até agosto, a receita total registrou um crescimento real, em comparação com o mesmo período de 2023, de R\$ 139,8 bilhões (8,7%). As principais variações positivas ocorreram na receita administrada pela RFB, que teve alta de R\$ 116,7 bilhões (11,6%), com destaque para IPI, com crescimento de R\$ 14,3 bilhões (36,9%), Imposto de Renda, com expansão de R\$ 43,8 bilhões (9,0%), Cofins, com aumento de R\$ 42,1 bilhões (21,4%), e PIS/Pasep, com crescimento de R\$ 12,8 bilhões (22,4%).

Ao desagregar as despesas (tabela 3), pode-se notar que em agosto houve um crescimento real de 1,9%, dando continuidade a uma tendência de crescimento real da despesa menor, após forte elevação real observada nos primeiros meses do ano, em comparação aos mesmos meses de 2023. O crescimento observado em agosto ocorreu em função de um aumento real de despesas mais expressivas, como o abono salarial e seguro-desemprego, BPC/Loas e RMV, créditos extraordinários e Fundeb, e foi compensado parcialmente pela redução real de outras despesas, principalmente das despesas discricionárias do Poder Executivo.

As despesas totais, no acumulado do ano até agosto, se comparadas com o mesmo período de 2023, tiveram um crescimento real de R\$ 98,5 bilhões (7,0%), com destaque para a ampliação real de despesas com benefícios previdenciários, R\$ 21,5 bilhões (3,4%); com sentenças judiciais e precatórios, R\$ 13,0 bilhões (66,6%); com créditos extraordinários, R\$ 11,6 bilhões (877,6%); com BPC/Loas e RMV, R\$ 10,4 bilhões (16,6%); e despesas discricionárias do Poder Executivo, R\$ 17,8 bilhões (17,7%), fortemente impactadas pelo pagamento de emendas parlamentares – que passaram, em valores correntes, no acumulado do ano até agosto, de R\$ 18,7 bilhões, em 2023, para R\$ 29,9 bilhões, em 2024, crescimento real de R\$ 11,2 bilhões (59,6%).

TABELA 2

Governo central: principais componentes da receita a preços constantes de agosto de 2024

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-agosto		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	ago./2023	ago./2024		2023	2024		Até ago./2023	Até ago./2024	
1-Receita Total	177,8	194,6	9,5	1.601,4	1.741,2	8,7	2.433,1	2.599,4	6,8
1.1 - Receita Administrada pela RFB	107,0	118,5	10,8	1.003,6	1.120,3	11,6	1.500,4	1.623,0	8,2
1.1.01 Imposto de Importação	5,0	6,9	38,4	37,8	47,4	25,5	60,0	66,3	10,6
1.1.02 IPI	5,0	7,0	41,2	38,9	53,2	36,9	60,1	76,3	27,0
1.1.03 Imposto de Renda	41,0	47,0	14,6	487,4	531,2	9,0	726,2	772,2	6,3
1.1.04 IOF	5,4	6,0	10,7	42,2	43,8	3,8	64,3	66,3	3,2
1.1.05 Cofins	27,5	32,2	16,8	196,5	238,6	21,4	302,0	348,3	15,3
1.1.06 PIS/Pasep	7,4	8,1	10,1	56,9	69,7	22,4	86,0	101,3	17,8
1.1.07 CSLL	10,2	9,6	-5,6	113,9	120,1	5,4	160,8	162,1	0,8
1.1.08 CIDE Combustíveis	0,3	0,3	-15,4	0,2	2,4	-1.103,4	0,2	3,4	1.489,3
1.1.9 Outras Receitas Administradas pela RFB	5,2	1,4	-72,9	29,7	13,9	-53,3	40,7	26,6	-34,6
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-0,1	-	-	-0,1	-0,0	72,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	49,5	53,5	8,1	389,2	408,0	4,8	607,5	638,1	5,0
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	21,3	22,7	6,3	208,6	212,9	2,0	325,2	338,3	4,0
1.4.1 Concessões e Permissões	0,2	0,0	-78,1	6,4	3,2	-49,2	11,7	6,1	-48,1
1.4.2 Dividendos e Participações	5,0	3,3	-34,2	39,6	38,9	-1,8	62,9	51,6	-18,1
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1,5	1,4	-4,1	11,1	11,7	5,0	18,4	18,7	1,9
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6,0	6,3	5,3	79,4	79,1	-0,3	123,1	117,9	-4,2
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1,8	0,9	-49,4	14,7	15,4	4,8	22,4	22,8	1,8
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2,5	2,8	14,0	20,1	20,7	2,9	31,4	32,8	4,4
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/2001)	-	-	-	-	0,1	-	0,1	0,2	67,4
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	4,4	7,9	78,8	37,3	43,8	17,4	55,3	88,4	59,8
2. Transf. Por Repartição de Receita	37,6	46,3	23,0	312,4	344,4	10,3	477,2	504,8	5,8
3. Receita Líquida (1-2)	140,2	148,4	5,8	1.289,0	1.396,8	8,4	1.955,9	2.094,6	7,1

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

TABELA 3

Governo central: principais componentes da despesa a preços constantes de agosto de 2024

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-agosto		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	ago./2023	ago./2024		2023	2024		Até ago./2023	Até ago./2024	
4. Despesa Total	168,0	171,2	1,9	1.398,3	1.496,8	7,0	2.037,4	2.322,9	14,0
4.1 Benefícios Previdenciários	70,0	72,6	3,7	628,2	649,7	3,4	897,2	961,0	7,1
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	28,5	27,9	-2,1	237,3	239,8	1,0	364,6	382,4	4,9
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	21,3	30,9	45,2	211,3	254,6	20,5	322,6	416,0	28,9
4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego	3,9	8,1	108,2	60,1	64,7	7,7	74,4	80,9	8,7
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	8,2	9,4	14,5	62,8	73,2	16,6	91,7	107,3	17,0
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,2	1,1	520,5	1,3	12,9	877,6	29,0	14,5	-50,2
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	3,2	3,7	15,6	26,6	31,7	19,5	38,7	44,5	14,8
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1,5	1,4	-0,6	10,3	11,7	13,7	17,2	19,5	13,5
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/1996 e 102/2000) e LC nº 176 de 2020	0,3	0,3	-4,1	2,8	2,7	-4,0	4,2	4,1	-4,2
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	0,3	0,4	9,5	19,5	32,5	66,6	21,3	86,8	308,0
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	1,3	0,8	-39,7	14,2	12,3	-13,5	16,7	20,7	23,8
4.3.10 Impacto Primário do FIES	0,2	0,0	-100,0	1,3	1,0	-23,6	2,0	1,4	-32,5
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	2,2	5,6	161,5	12,4	11,9	-4,2	27,2	36,4	33,8
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	48,2	39,8	-17,4	321,5	352,8	9,7	453,0	563,5	24,4
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	29,9	29,4	-1,8	220,9	234,5	6,1	303,0	354,7	17,1
4.4.2 Despesas Discricionárias	18,3	10,4	-43,0	100,5	118,3	17,7	150,0	208,7	39,2

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora y Araujo
Sandro Sacchet de Carvalho
Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Debora Mesquita Pimentel
Felipe dos Santos Martins

Equipe de Assistentes:

Beatriz de Luna Barreto
Izabel Nolau de Souza
Marcelo Guedes Pecky
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Equipe Administrativa:

Amanda Fernandes Tatagiba
Lidiane Santos de Souza
Aline Conceição Santos
Rosanne Rodrigues Barbosa

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
